



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar

Pouso Alegre, 03 de abril de 2017.

PARECER DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA PESSOA IDOSA (CDPDI)

RELATÓRIO:

Vem, a esta Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e da Pessoa Idosa da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, para exame do **Projeto de Lei Nº 7272/2017 DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANUTENÇÃO DE CADEIRA DE RODAS EM EDIFICAÇÕES DE USO PÚBLICO E CENTROS COMERCIAIS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE-MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** A Comissão, cumprido os regulares procedimentos, emite o respectivo parecer e voto, nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA:

Conforme o artigo 67, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o Artigo e parágrafos, da Lei Orgânica Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA PESSOA IDOSA** cabe especificamente, nos termos do artº71-A, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes as matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

Esta Relatoria constatou que o referido projeto, visa garantir cadeiras de rodas em edificações de uso público, centros comerciais, estabelecimentos congêneres e entidades da administração pública direta e indireta, que estejam impossibilitadas de se locomoverem ou apresentem mobilidade reduzida. Em consonância com a lei federal nº 10.098/2000 que estabelece as normas gerais de promoção para acessibilidade, esse projeto garante o direito de ir e vir de todo cidadão. Vale ressaltar que a assessoria jurídica recomendou alteração na redação da proposição, sugerindo um substitutivo para adequação do texto do presente projeto.

O Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu parecer **FAVORÁVEL** para tramitação do referido projeto em estudo e encaminhamento de Substitutivo.

Diante do exposto, segue a conclusão deste parecer cujos termos estão devidamente apresentados.

CONCLUSÃO:

O Relator da Comissão Permanente da **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA PESSOA IDOSA**, feita a análise, **EXARA PARECER FAVORÁVEL** ao projeto de lei 7272/2017.

Vereador Rodrigo Modesto
Relator

Vereador Leandro Moraes
Presidente

Vereador Rafael Aboláfio
Secretário